



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11448 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS (RCT): FORMAÇÃO COMO MECANISMO DE ESTÍMULO À GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES

Katia Cristina Custodio Ferreira Brito - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Meire Lúcia Andrade da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Lêda Lira Costa Barbosa - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS (RCT): FORMAÇÃO COMO MECANISMO DE ESTÍMULO À GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES

Resumo: O trabalho apresenta exame basilar acerca da criação, implementação e atuação da Rede Colaboração Tocantins (RCT), que se constituiu mediante a ausência de iniciativas em âmbito estadual e federal para o enfrentamento da crise educacional decorrida da pandemia da Covid-19 junto aos municípios tocantinenses. De forma articulada representantes de instituições públicas e pesquisadores na área de políticas educacionais instituíram a RCT visando possibilitar formação, acompanhamento e avaliação da gestão educacional no âmbito dos municípios. A pesquisa, desenvolvida numa perspectiva crítica, de abordagem qualitativa, utilizou-se de documentos e publicações da RCT. A pesquisa se efetivou com o objetivo de apreender os mecanismos de concretização do princípio da gestão democrática, por meio da formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, no espaço temporal de 2021 e 2022, nos entes federados do estado do Tocantins. Observou-se que a Rede propiciou um conjunto de ações de formação, no entanto, sua concretização ocorreu em constantes tensionamentos, considerando a necessidade de políticas públicas que efetivassem a proteção do direito à educação pública como um direito fundamental de natureza social, tendo-se em vista o desafio de sua construção a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) como epicentro das políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A suspensão das atividades educacionais em março de 2020 e a ausência de um plano nacional para enfrentamento da crise educacional decorrida da pandemia da Covid-19, levou representantes de instituições públicas e profissionais envolvidos com a educação municipal no Tocantins a articular a criação da Rede Colaboração Tocantins (RCT), com atuação técnica e especializada visando apoiar as redes e os sistemas municipais de educação/ensino do Estado do Tocantins na sistematização da oferta educacional e no processo de retomada das atividades educacionais, por meio de formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem (LAGARES et al., 2020a).

A RCT corrobora com as concepções de Pereira (2018) ao apontar a necessidade de

[...]que o Sistema de Ensino estimule discussões locais sobre a função social da educação como promotora da construção de conhecimentos que subsidiem e sustentem ações voltadas para o desenvolvimento social e econômico. Para tanto é fundamental que a gestão municipal exerça uma ação política comprometida com a permanente construção da qualidade social da educação (PEREIRA, 2018, p. 1373).

Cumprir observar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL,1996), em seu artigo 11, faculta a criação de Sistemas Municipais de Ensino, por meio de legislação própria, de modo que as políticas municipais de educação sejam constituídas, em que pese os tensionamentos para sua efetivação, a exemplo da investida privada, no cenário nacional, com grande intensidade para a comercialização de plataformas digitais privadas, consultorias, sistemas de ensino e ações veladas para o apoio à gestão, ao currículo e à formação (ADRIÃO, 2009; FREITAS, 2014).

Ressalte-se, que muitas dessas empresas privadas, sequer tinham vínculo com a educação, o que indica um cenário preocupante e exige um movimento de resistência, propositivo em defesa da implantação dos Planos, Nacional, Estadual e Municipal de Educação (PNE, PEE e PME), sendo estes o epicentro das políticas públicas (DOURADO, 2017). Embora o referido PNE não se constitua como o Plano ideal que atenda a todas as necessidades da educação nacional, assenta-se na defesa do direito à educação pública, efetivamente, por meio de políticas públicas educacionais, sendo, por isso, defendido (LAGARES ET AL., 2020b).

Dourado (2007, p. 939) destaca que é tarefa dos poderes públicos “assegurar condições políticas e de gestão para o envolvimento e a participação da sociedade civil na implementação das ações e programas de universalização da educação básica, bem como a melhoria da educação nos diferentes níveis e modalidades”. Contudo, é relevante que os atores sociais compreendam que na gestão da educação municipal existem tensionamentos que permeiam as políticas públicas educacionais e forças em disputa no campo do direito à educação. Logo,

“A gestão democrática é processo e enfrenta oposições tensionantes entre o experienciado historicamente, concepções coexistentes e a disputa na construção de outra realidade. Ante o esforço dessa construção e dilemas que dele originam, há estagnações, retrocessos e avanços” (SILVEIRA; LAGARES, 2017, p. 1).

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva crítica. Em uma abordagem qualitativa, utilizou-se os documentos e publicações da RCT partindo-se do estudo das políticas públicas aplicadas à educação municipal (TRIVIÑOS, 2008). Isto posto, o objetivo desse estudo constituiu-se em objetivo de apreender os mecanismos de concretização do princípio da gestão democrática, por meio da formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, no espaço temporal de 2021 e 2022, nos entes federados do estado do Tocantins.

CRIAÇÃO, FUNDAMENTOS E ATUAÇÃO DA RCT

A Rede Colaboração Tocantins (RCT) por ocasião de sua instituição no âmbito do estado teve como eixo norteador o seguinte questionamento: “Como se concretiza a defesa do direito à educação com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos, tendo o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014) como epicentro das políticas públicas? ”.

Sua instituição ocorreu na conjunção da pandemia em abril de 2020 com base no regime de colaboração público, Art. 211 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), e no Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (TOCANTINS, 2015), meta 23, estratégia 23.42, como “resultado de uma construção coletiva, composta por uma diversidade de sujeitos, coletivos e instituições que atuam na educação com experiência e aprofundamento teórico em educação municipal” (LAGARES ET AL., 2021, p. 13).

A RCT articulada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seccional Tocantins (Undime - Tocantins) –, pesquisadores especialistas em educação municipal da Universidade Federal do Tocantins (UFT), do Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão em Educação Municipal/Observatório de Sistemas e Planos de Educação - Universidade Federal do Tocantins (GepeEM/ObSPE/UFT), o Ministério Público do Tocantins (MP/TO), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), e professores da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino do Tocantins (LAGARES ET AL., 2021) com vistas ao apoio, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações educacionais junto aos Municípios no período de crise sanitária.

O trabalho da RCT abrangeu cerca de 120 municípios nos anos de 2020 e 2021 que aderiram ao Projeto contribuindo para a consolidação da participação social na definição da política educacional, com vistas à garantia do direito à educação em todo o país, sobretudo sob a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), neste contexto,

“o PNE como epicentro das políticas educacionais, assegurando que ele esteja em movimento, com suas diretrizes, metas e estratégias efetivamente viabilizadas, com efetivo envolvimento da sociedade com ele comprometida, assim como em relação aos demais planos estaduais, distrital e municipais” (DOCUMENTO REFERÊNCIA CONAPE, 2022, p.10).

No desenvolvimento desse trabalho, a RCT buscou atender aos técnicos e conselheiros participantes das formações e empreender, de forma conjunta, ações administrativas e pedagógico-curriculares para a sistematização da oferta educacional do ensino remoto, em 2020 e auxiliar e acompanhar a retomada das atividades educacionais presenciais ou híbridas em 2021, sempre primando pela autonomia do poder municipal para a organização e gestão dos sistemas municipais de educação do Estado do Tocantins. (LAGARES, 2020; 2021)

PRÁXIS E A RCT: FORMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM

Os dados aqui apresentados resultam de pesquisa documental desenvolvida a partir de relatórios publicizados pela RCT por meio da Undime – Seccional/TO, de cadernos de formação e de um dossiê publicado em 2021 – Gestão da educação municipal na crise da COVID-19: diretrizes, regulação e processo formativo materializados pela Rede Colaboração Tocantins.

Para concretizar os objetivos definidos pela Rede identificou-se a realização das seguintes ações no processo de formação no decorrer do biênio 2020/2021:

Quadro 1 – Módulos de Formação da RCT

Período	Ações
Agosto/2020	Módulo I: Autonomia e organização dos Sistemas Municipais de Ensino / Educação
Setembro/2020	Módulo II: Planejamento e Diagnóstico da Educação Municipal do Tocantins em Tempos de Pandemia
Outubro/2020	Módulo III: Orientações sobre aspectos das dimensões administrativa e pedagógica – gestão, legislação e currículo
Novembro/2020	Módulo IV: Sistematização da oferta educacional em 2020 (validação e finalização do ano letivo): ações administrativas e pedagógico-curriculares

Dezembro/2020	Módulo V: Sistematização da oferta educacional em 2020 (validação e finalização do ano letivo): ações administrativas e pedagógico-curriculares. Retomada das atividades remotas, presenciais e/ou híbridas em 2021
Total de Horas	245 Horas
Janeiro/2021	Planejamento e elaboração do Calendário de Atividades
Fevereiro/2021	Módulo I: Educação Municipal do Tocantins no Contexto da Pandemia: implicações e perspectivas
Março/2021	Módulo II: Gestão das redes e dos sistemas educacionais: afirmação dos direitos à vida e à educação no retorno às aulas em 2021
Junho/2021	Módulo III: Gestão das redes e dos sistemas educacionais: “Orientações para a construção do Plano de Retomada das Atividades Escolares Presenciais e/ou Híbridas” no contexto da pandemia do Novo Coronavírus e da Covid-19
Agosto/2021	Módulo IV: Retorno as Atividades Escolares (Presencial, híbrida, e/ou remota na educação municipal do Tocantins)
Setembro/2021	Módulo V: A interface entre os Planos Municipais de Educação e o Plano de Ações Articuladas (PAR) para a garantia do Direito à Educação
Outubro/2021	Módulo VI: Seminário Retorno às Atividades Escolares (presencial, híbrida e/ou remota) na Educação Municipal no Tocantins (etapas RCT e municipal)
Novembro/2021	Módulo VII: Painel Articulado “SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: o lugar do Plano Municipal de Educação, Fórum Permanente da Educação Municipal e Conferência Municipal de Educação”
Dezembro/2021	Módulo VIII: Seminário de Superação da Crise Educacional
Total de Horas	360 Horas
Total Geral	605 Horas
Formato	Remoto – síncrono e assíncrono (canal YouTube e Google Meet)

Fonte: RCT (2020; 2021)

As referidas formações ocorreram em datas e formatos específicos, de acordo as possibilidades sanitárias estabelecidas na pandemia e foram permeadas por diferentes ações de acompanhamento e avaliação do processo a partir das avaliações apresentadas pelos cursistas de cada município.

O Quadro a seguir apresenta dados sobre o quantitativo de formações, e o caminho percorrido no que se refere ao acompanhamento e a avaliação da RCT junto aos municípios.

Quadro 2 - Ações de acompanhamento praxiológico e avaliação

Formação (Quantitativo)	Acompanhamento	Avaliação
Reuniões de planejamento: (61)	Gestão, Produção de material científico e práxis formativa	Preenchimento de planilhas, análises dos relatórios e retorno aos municípios
Realização de Seminários:	Atendimento aos cursistas pelos canais de comunicação da RCT: WhatsApp e E-mail	Preenchimento e atualização dos diários por municípios e por regionais
2020 (2)		
2021 (6)		
Produção de Módulos:	Rodas de conversa e reuniões temáticas tratando das especificidades de cada grupo de municípios	Análise e interpretações das avaliações dos encontros síncronos
2020 (5)		
2021 (8)		

Produção de Vídeos temáticos relacionados a gestão Educacional: (5)	Elaboração de documentos/cadernos/ boletins de orientação	Monitoramento das atividades assíncronas (evidências) no drive
Produção de Certificados (605)	Orientações aos cursistas para produção de Relato de Experiências Significativas e apresentação pelo canal Undime/YouTube	Certificação dos cursistas

Fonte: RCT (2020; 2021)

Ainda no que se refere aos mecanismos de acompanhamento e avaliação do processo formativo a RCT, no intuito de apoiar e possibilitar estudos coletivos e individuais, elaborou e disponibilizou os seguintes materiais de formação:

Quadro 3 - Produção de material científico, práxis formativa e gestão

Período	Ações
2020	I Caderno Educação Municipal - “Gestão da Educação: validação das ações administrativas e pedagógico-curriculares e finalização do ano letivo de 2020”
2020	II Caderno Educação Municipal - “Gestão da Educação na Conjuntura da Pandemia: com a palavra, cursistas e formadores”
2021	I Boletim Informativo - Edição nº 01, janeiro de 2021 – “O que é a Rede Colaboração Tocantins? Passo a passo para inscrição em 2021”
2021	II Boletim Informativo - Edição nº 02, abril de 2021 - “Planos de Retomada das atividades escolares”
2021	III Caderno Educação Municipal - Gestão das Redes e Sistemas Educacionais: afirmação dos direitos à vida e à educação no retorno às aulas em 2021
2021	I Caderno Pedagógico Educação Municipal – “Diagnóstico situacional e reorganização curricular em tempos de pandemia”
2021	IV Caderno Educação Municipal “Painel Articulado – Sistema Municipal de Educação: o lugar do Plano Municipal de Educação (PME), Fórum Permanente da Educação Municipal (FME)/Comissão Especial e Conferência Municipal de Educação
2021	Publicação de 10 artigos na Revista Brasileira de Educação do Campo. DOSSIÊ: Gestão da Educação Municipal na crise da COVID-19: diretrizes, regulação e processo formativo materializados pela Rede Colaboração Tocantins https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/issue/view/518 .

Fonte: LAGARES ET AL., (2020a; 2020b; 2021).

Os dados gerais acerca do processo de formação evidenciam temáticas expressas na formação e no material produzido indicam temáticas relevantes e essenciais acerca da gestão educacional e pedagógica dos sistemas municipais de ensino/educação. O projeto vinculando ao ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva da formação, apresenta grande potencial para mudanças de concepção no que se refere à gestão democrática da educação e sua materialização nos sistemas/redes de ensino municipais.

Ressalte-se que apesar de todas as intercorrências desse período, os municípios, mesmo diante do contexto de ausência de políticas públicas para o enfrentamento da crise

sanitária da Covid-19, vivenciaram um processo formativo fundamentado em concepções críticas da educação estimulando a participação e a conquista da autonomia na gestão da educação mesmo diante das condições adversas instituídas no período pandêmico.

CONCLUSÕES

Os resultados aqui descritos evidenciam um denso processo de trabalho, tendo em vista a necessidade de apoio técnico e especializado às redes e sistemas municipais de ensino/educação do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional desencadeada no período pandêmico o que possibilitou a sistematização da oferta educacional durante esse período e o processo de retomada das atividades educacionais, por meio de formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem.

Com orientação da RCT, os sistemas municipais estabeleceram medidas de suspensão das aulas, instituíram planos de reposição de aulas extraclases, reprogramaram o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime remoto e/ou presenciais por rodízio, possibilitando o vínculo dos educandos e suas famílias com a escola e o ensino e aprendizagem, enquanto permaneceram os atos decorrentes dos decretos municipais, estadual e federal no período da crise sanitária pandêmica.

O suporte para a formação, o acompanhamento e a avaliação das ações dos municípios e dos sistemas de educação permitiu mais que um simples reflexo ou determinação da conjuntura histórica, econômica e política vigente, mas reafirmou a autonomia dos entes federados enquanto sujeitos históricos.

Palavras-Chave: Gestão Democrática; Educação Municipal; Rede Colaboração Tocantins; Plano Nacional de Educação.

Referências

ADRIÃO, T. (Coord.) Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo. 2009. Relatório de Pesquisa – Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF:Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 jul.2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

CONFERÊNCIA Nacional Popular de Educação. (2018). Documento Referência. Disponível em <https://fnpe.com.br/documentos> Acesso em: 15 jul. 2022.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade [online]**. 2007, vol.28, n.100, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/zC7Xjw> > Acesso em: 15 jul. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Mara Regina L. de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist, FREITAS, Helena C. L de. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LAGARES, Rosilene et al. Gestão da Educação na Conjuntura da pandemia: com a palavra, cursistas e formadores. **Caderno Educação Municipal**. Palmas: UFT, 2020a.

LAGARES, Rosilene et al. Gestão da Educação: Validação das Ações Administrativas e Pedagógico-Curriculares e Finalização do Ano Letivo de 2020. **Caderno Educação Municipal**. Palmas: UFT, 2020b.

LAGARES, Rosilene et al. **Gestão das Redes e dos Sistemas Educacionais: afirmação dos direitos à vida e à educação no retorno às atividades escolares em 2021**. Palmas: UFT/PROEX, 2021.

PEREIRA, Sueli Menezes. O Sistema Municipal de Ensino em análise: avanços e desafios. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 101, p. 1372-1392, out./nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/8Zm7CnXgx7pSCRbxSNVF5gH/?lang=pt>> Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVEIRA, Luzenir Poli Coutinho da; LAGARES, Rosilene. Educação e Gestão Democrática: Dilemas e Chances. In: 38ª Reunião Nacional da ANPED, 2017, São Luís-MA. **Anais da 38ª Reunião Nacional**. Disponível em:

http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017
Acesso em: 14 jul. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.